# AS POLÍTICAS SETORIAIS PARA A AGRICUTURA FAMILIAR: UMA AVALIAÇÃO DO PRONAF

The government policies for familiar agriculture: a Pronaf evaluation

Gilca Angélica Leite FERREIRA1

## **RESUMO**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) custeio agropecuário e investimento foi avaliado no município de Palotina – PR entre seus beneficiários no período de junho de 1999 a dezembro de 2002, tendo sido traçado um comparativo com o período anterior ao uso deste programa, objetivando identificar os pontos de impacto e mudança na unidade produtiva, mais especificamente nas atividades econômicas desenvolvidas e nas transformações sociais. Salienta-se ainda, nesta análise, o modelo tecnológico adotado pelos produtores do município, a reestruturação da composição familiar e a pluriatividade como instrumento agregador de receita e especialmente a proposição do Pronaf como política pública e sua interação com as demais políticas destinadas ao setor agropecuário.

## Palavras-chave:

Agricultura familiar; políticas públicas; modo de reprodução.

#### **ABSTRACT**

The National Program for Fortifying Familiar Agriculture (Pronaf) defray farming and investment were evaluated in the town of Palotina – PR between its beneficiaries from June 1999 to December 2002. A comparison with the previous period to the use of this program, objectifying to identify the points of impact and change in the productive unit, more specifically in the developed economic activities and the social transformations has been made. Moreover, it analyses the adopted technological model for the producers of the city, the reorganization of the familiar composition, and the diversity of activities as an additional instrument of income and especially the proposal of Pronaf as governmental policies and its interaction with the other policies destined to the farming sector.

## **Key-words:**

Family agriculture; government policies; reproduction.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Engenheira Agrônoma – Mestre em Gestão e Análise Ambiental pela UFPR, 2004.

## **INTRODUÇÃO**

O período denominado "Revolução Verde", no Brasil, foi marcado por uma forte ação do Estado junto ao setor agropecuário planejada para acelerar a incorporação de um modelo tecnológico baseado na utilização intensiva de insumos e defensivos químicos, bem como de maquinários, objetivando gerar um aumento constante dos níveis de produção e da produtividade. O resultado foi um visível fortalecimento dos agricultores que produziam em grande escala, especialmente no segmento de produção de commodities, mas cuja contrapartida foi a acentuação das dificuldades no processo produtivo da agricultura desenvolvida pelos chamados "produtores familiares". A agricultura familiar, caracterizada pela produção em pequena escala e uso da mão-de-obra familiar, não apresentava as características necessárias para se inserir nesse modelo de produção em larga escala e, com isso, distanciou-se ainda mais da viabilidade econômica e consequentemente social, acarretando o afastamento definitivo de vários produtores familiares do campo. A separação entre agricultura patronal e familiar tornou-se ainda mais evidente.

Para entender os efeitos dessa modernização sobre a agricultura familiar, torna-se indispensável refletir sobre as diferentes estratégias implementadas pelos produtores familiares em resposta a tais mudanças. Conforme Lamarche (1997, p. 18), o termo "Exploração familiar" abriga situações de ampla diversidade, mas os diversos modelos de agricultura familiar existentes têm sua origem e referência na agricultura camponesa (da qual ela herdou uma forte ligação com a terra e especialmente com o uso da mão-de-obra familiar), que o autor convencionou chamar de "Modelo Original".2 Noutros termos, foi desse "Modelo Original" que se originou a diversidade atual na agricultura familiar, sendo classificados pelo autor da seguinte forma: o modelo de "subsistência", cujo objetivo é a sobrevivência familiar; o modelo "empreendimento agrícola", no qual os exploradores familiares, por meio de uma exploração agrícola organizada e com o uso de mão-de-obra assalariada, objetivam ganhos máximos; e o modelo "familiar", que, anteriormente à reprodução da unidade de produção, visa a reprodução familiar.

Estas características diferenciadas da agricultura foram definidas como formas de reação dos agricultores à proposta tecnológica de modernização para produção

no campo nos anos 70, um momento de profundo conflito econômico e social. Econômico pelas diversas formas de adequação a um modelo que não foi por eles desenhado, e social pelos diferentes caminhos que foram tomados pelos agricultores e seus familiares no intuito de assegurar a reprodução do seu modo de vida.

A agricultura familiar, devido às suas características, encontrou grandes dificuldades para se inserir neste modelo e também de buscar um modelo próprio compatível e suficiente para sua manutenção. Muitos agricultores se afastaram de suas atividades e outros ainda buscaram no modelo patronal de produção a possível saída para sua reprodução. Outros ainda buscaram formas alternativas de produção para se manterem, bem como associaram outras atividades econômicas à atividade agropecuária tradicional.

No município de Palotina – PR, esse período de modernização no campo corresponde ao chamado "terceiro ciclo agrícola", que se estendeu dos anos 70 a meados dos anos 80 e que se caracterizou pelo desenvolvimento das culturas da soja no verão e trigo no inverno e pela intensa mecanização, provocando a abertura de áreas por meio da destoca. O Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) foi uma importante instituição impulsionadora desse processo, proporcionando os recursos necessários para o preparo mecânico do solo e a compra dos insumos para condução das lavouras. Paralelamente a essa situação, a soja assumiu importância no mercado de exportação e consequentemente na economia nacional e o trigo passou a constituir importante produto de consumo interno, movimentando os moinhos do país.

Destaca-se ainda, nesse mesmo período, a rápida expansão da fronteira agrícola municipal associada ao sistema de exploração baseado na monocultura, sem os cuidados com a preservação dos recursos naturais, como desencadeadores do processo erosivo do solo, resultando em queda de produtividade e produção.

Os anos seguintes foram marcados pela recuperação do sistema de conservação do solo para resgatar o potencial produtivo das terras de Palotina e reduzir o custo de produção por unidade de trabalho, cuja elevação foi provocada justamente pelo processo erosivo do solo. Ainda neste período, as políticas públicas para o setor agrícola mantiveram características fortemente vinculadas ao aumento da produção de *commodities* para atender o mercado de exportação.<sup>3</sup> O novo modelo

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Lamarche (1997, p. 17) ainda destaca a chamada "agricultura colonial", a qual constitui "... um modelo fundado na produção mercantil e na utilização de uma mão-de-obra exterior à família". Porém, conforme o mesmo autor, no Brasil, mais especialmente no sul, o modelo do campesinato é considerado a base da formação da sociedade agrária.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> David (1996, p. 200) confirma essa tendência ao mencionar que "a modernização foi viabilizada via políticas públicas (crédito subsidiado) para atender a demanda de produção além do fornecimento de alimentos e matérias-primas à população urbana".

tecnológico proposto estava representado pelo intenso uso de maquinários e insumos (adubos e defensivos químicos) objetivando impulsionar o sistema de produção em larga escala para o mercado de exportação. O crédito agrícola cumpriu então importante papel viabilizando os recursos necessários a este modelo tecnológico.

A proposta de produção de *commodities* fez com que a terra tivesse forte valorização, favorecendo a concentração fundiária e conseqüentemente de renda.

Mas somente nos anos 90 a análise dessa situação vivida pela agricultura familiar e suas perspectivas pelo Estado e outras instituições representativas do segmento, abre caminhos para desenvolvimento de programa de apoio específico para esta categoria.

### ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO PRONAF

O quadro de dificuldades enfrentado pela agricultura familiar fez com que o setor público e as instituições representantes da agricultura familiar se voltassem mais efetivamente para a elaboração de políticas públicas de apoio a essa categoria nos anos 90, surgindo assim a proposta de um programa governamental específico para essa finalidade, o qual veio a sofrer adaptações e deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em 1995, com efeito, é instituído o Pronaf, por meio da Resolução 2191 de 24/08/1995, com o propósito fundamental de recuperar economicamente a agricultura familiar mediante a inserção desta no mercado em bases competitivas. Mas o programa vai ainda mais longe em seus objetivos, ao propor transformações no processo de produção que se reflitam nos âmbitos da sustentabilidade econômica, ambiental e social:

... desenvolvimento sustentável do meio rural a partir da implementação de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos, e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares. (BRASÍLIA, 2002, p. 7).

QUADRO 1 – PRONAF: FAIXAS DE BENEFICIÁRIOS PARA FINS DE ENQUADRAMENTO<sup>4</sup>

Faixas		Características para enquadramento	Limite de Crédito	Prazo de Pagamento		
"C"	Custeio Agrícola	Produtores com renda bruta até R\$ 14.000,00, sendo até 60% proveniente de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00	Juros de 4% a.a. com rebate de R\$ 200,00 e bônus de 25% sobre o juro para total adimplência. Prazo até 2 anos		
	Investimento	ldem	De R\$1.500,00 até R\$ 6.000,00	Juros de 4% a.a. com rebate de R\$ 700,00 e bônus de 25% sobre o juro para total adimplência. Prazo até 8 anos com até dois anos de carência (de acordo com item financiado e capacidade de pagamento do proponente).		
"D"	Custeio Agrícola	Produtores com renda bruta até R\$ 40.000,00, sendo até 70% proveniente de atividades agropecuárias.	Até R\$ 6.000,00	Juros de 4% a.a. e bônus de 25% sobre o juro para total adimplência. Prazo até 2 anos		
D	Investimento	ldem	Até R\$ 18.000,00	Juros de 4% a.a. e bônus de 25% sobre o juro para total adimplência. Prazo até 8 anos com até dois anos de carência (de acordo com item financiado e capacidade de pagamento do proponente).		

FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/INCRA/PRONAF, CITADO POR SANTOS (2001, p. 77). ATUALIZADO PELA ALITORA

NOTA: NO QUE SE REFERE AO CRITÉRIO RECEITA, CABE OBSERVAR QUE, PARA AS ATIVIDADES DE OLERICULTURA, SERICICULTURA, BOVINOCULTURA DE LEITE, DEVERÁ SER ATRIBUÍDO O REBATE DE 50% SOBRE A RECEITA BRUTA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO NO PRONAF. JÁ PARA AS ATIVIDADES DE AVICULTURA OU SUINOCULTURA DESENVOLVIDAS NO SISTEMA DE PARCERIA OU INTEGRAÇÃO COM AGROINDÚSTRIAS, DEVERÁ SER ATRIBUÍDO O REBATE DE 70% SOBRE A RECEITA BRUTA PARA OS MESMOS FINS SUPRACITADOS.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Embora o Pronaf apresente outras faixas de beneficiários, elas não serão mencionadas, vistos não terem sido utilizados pelos beneficiários entrevistados na pesquisa.

A identificação dos beneficiários do Pronaf é feita por grupos, sendo os agricultores classificados nos grupos A, B, C e D, sendo que, em 2003, foi instituído o grupo E. Cada grupo apresenta características próprias no que se refere ao tipo de beneficiário (assentados, indígenas, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais, e agricultores familiares), ao limite de crédito individual e também aos juros cobrados. Também estabelece critérios com relação à posse de terra - podendo ser proprietário, arrendatário, parceiro e meeiro – e que a mão-de-obra deverá ser essencialmente familiar, podendo ser terceirizada, mas limitada a dois empregados fixos. O programa ainda estabelece limites com relação a receita bruta obtida das atividades desenvolvidas na unidade agrária de acordo com o grupo ao qual pertence o agricultor (quadro 1).

A assistência técnica constitui outra importante ferramenta nesse processo, haja vista que está presente desde a identificação do beneficiário, na elaboração da proposta técnica e acompanhamento técnico para uso racional dos recursos com tecnologia compatível.

O Pronaf apresenta várias alterações em sua trajetória: alterações no que se refere ao enquadramento dos beneficiários por meio da ampliação dos limites de receita bruta obtida individualmente; expansão dos limites de crédito por categoria; inclusão de atividades não-agropecuárias desenvolvidas na unidade agrária como financiáveis; alterações nos juros e no prazo de pagamento (este último para o Pronaf Investimento), agregação de novas linhas para atender à diversidade da agricultura familiar no espaço rural, tais como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem, o Pronaf Floresta, o Pronaf Infraestrutura, o Pronaf Agregar, dentre outros fatores.<sup>5</sup>

Trata-se, portanto, de um programa voltado para a viabilização da agricultura familiar em sentido amplo, propondo inclusive mudanças de ordem social, mas que atua por meio de incentivos econômicos ao aumento da produção e à inserção competitiva no mercado, assumindo, portanto, características de uma política setorial que, embora voltada para a agropecuária, estimula a integração técnica e produtiva desse setor à indústria e ao setor de serviços.

Assim estruturado, o Pronaf tem sido alvo de vários questionamentos e críticas. Com relação à divisão dos beneficiários em grupos, Teixeira (2002, p. 1) afirma tratar-se de uma estratégia para desmobilizar a categoria da agricultura familiar. Sobre as exigências de uso de mão-de-obra essencialmente familiar e de a receita da família ser basicamente advinda das atividades agropecuárias, Silva (2002, p. 8) chama atenção para a existência de um espaço rural pluriativo, onde "... o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura e se tornou pluriativa ou não agrícola embora permaneça residindo no campo". Desse modo, as exigibilidades do programa ignorariam as transformações que estão ocorrendo no campo.

Também o critério do tamanho máximo dos estabelecimentos rurais para enquadramento dos beneficiários, fixado pelas normas do programa em 4 módulos fiscais, é criticado por ser estanque, conforme Santos (2001, p. 44), pois não considera a diversidade física, climática, cultural, bem como o nível tecnológico dos estabelecimentos, entre outros fatores que constituem a diversidade da agricultura familiar.

Kageyama (2003, p. 5), em seu trabalho junto aos agricultores beneficiários do Pronaf em alguns estados do país, 6 aponta um agravamento da degradação ambiental, representada pelo aumento da erosão e uso mais intensivo de agrotóxicos, em decorrência do aumento do nível tecnológico identificado entre os usuários do programa.

Porém, o Pronaf sofre suas maiores contestações nos objetivos que propõe, já que, segundo seus críticos, representa um modelo de agricultura produtivista e de rentabilidade crescente, além de atribuir ao agricultor familiar a incumbência de absorver mão-de-obra, ampliar oferta de emprego, e de tornar-se economicamente viável por meio de aumentos de produtividade. (CARNEIRO, 2003, p. 73).

Assim, para possibilitar uma discussão mais aprofundada sobre os objetivos e resultados desse programa, foi realizada uma pesquisa de campo com os produtores rurais classificados como familiares, conforme as normas do Pronaf, e que foram beneficiários do mesmo no período de junho de 1999 a dezembro de 2002 no município de Palotina – PR.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Estas alterações e inclusões poderão ser encontradas no Manual Operacional do Crédito Rural do Pronaf no site do Banco Central do Brasil http://www.bancocentral.gov.br no Manual de Crédito Rural (MCR).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Salienta-se que, no referido trabalho, não foi explicitada, pela autora, a forma de intervenção da assistência técnica junto a esses beneficiários. Também não foi possível avançar na análise das atividades desenvolvidas nesses espaços pelo público pesquisado, no histórico de desenvolvimento destas atividades, na viabilidade técnica e econômica, bem como em suas perspectivas de mercado, visto que tais informações não foram alvo da pesquisa mencionada.

## AVALIAÇÃO DO PRONAF EM PALOTINA - PR

Palotina caracteriza-se por uma produção diversa no que se refere às atividades desenvolvidas na unidade agrícola, possibilitadas pelas influências culturais e de meio ambiente, bem como fortalecidas pela proposta do modelo de produção patronal que tem servido de referência para a agricultura familiar na escolha das atividades economicamente viáveis.

De fato, o município de Palotina se localiza no Terceiro Planalto Paranaense, na unidade de relevo Planalto central da Bacia do Paraná, e as características do solo, clima e relevo da região constituem fatores de extrema relevância na determinação das atividades agropecuárias desenvolvidas nesse espaço. As condições de alta fertilidade,8 estruturação do solo (presenças dos horizontes A, B e C), relevo ondulado a plano e clima caracterizado como subquente, superúmido com subseca Cfa conferem à Palotina excelentes condições para desenvolvimento de culturas anuais, permitindo o plantio de lavouras para produção de grãos em dois momentos durante o ano agrícola e até mesmo em um período intermediário denominado "safrinha". Desse modo, a diversidade do espaço rural apresenta como principais atividades agrícolas o desenvolvimento das culturas anuais de soja, milho (safra e safrinha), trigo, mandioca e para as atividades pecuárias, a bovinocultura de leite e corte (a segunda em escala bem menor que a primeira), a suinocultura, a avicultura de corte e a piscicultura.

Para tanto, foi identificado o número total de agricultores beneficiários do Pronaf, no referido período, sem repetições (547), e deste total retirada uma amostra populacional representativa e aleatória de 225 produtores, admitindo-se o índice de confiança de 95% e percentual de erro máximo de 5% (FONSECA e MARTINS, 1996, p. 179).

Os agricultores selecionados foram submetidos a um questionário estruturado dividido em quatro partes: Identificação, Produção primária, Transformação e Diversificação de Atividades (ver Anexo). Desse modo, foi possível identificar, na primeira seção, as características da unidade agrária, a composição familiar e suas características etária e educacional, bem como sua ocupação e mobilidade no espaço rural e urbano no período de uso do Pronaf, e, de modo comparativo, com o período anterior ao uso do mesmo. Nas demais seções, foram identificadas as atividades desenvolvidas — estas sendo

separadas por atividades agrícolas e pecuárias, de transformação artesanal e diversificação —, a forma como o crédito Pronaf foi utilizado em cada unidade (custeio e/ ou investimento), a dimensão de cada atividade na unidade agrícola e suas produtividades no período antes e após o uso do Pronaf. Foram ainda verificadas as questões referentes ao uso de tecnologia e de assistência técnica, entre outros fatores técnico-econômicos, para analisar o desempenho do programa e a avaliação dele por parte dos produtores beneficiados. Também foram discutidos os fatores considerados dificultadores e facilitadores para contratação do crédito, bem como para sua quitação em cada linha de atividade no qual foi utilizado.

Nesse sentido, cabe dizer inicialmente que Palotina utilizou, no período que abrange a pesquisa, e que vai de junho de 1999 a dezembro de 2002, o valor total de R\$ 4.455.367,72 para o custeio agrícola, beneficiando 1552 agricultores com repetições e R\$ 1.187.700,90 para investimento agropecuário, beneficiando 91 produtores nas linhas "C" e "D" e Rotativo. (MDA, Banco do Brasil S.A., Sicredi Vale, Emater-PR, 2003). Tais dados sobre volume de recursos e de propostas encaminhadas aos agentes financeiros apontam para uma reincidência ao crédito durante o período analisado, mas faz-se necessário analisar os resultados da utilização dos recursos disponibilizados por meio desse programa para os agricultores familiares nas atividades desenvolvidas no espaço rural, combinado com uma análise do nível de satisfação dos beneficiários em relação às condições oferecidas pelo programa.

Todavia, enquanto de um lado o programa se modificava para atender às necessidades dos seus beneficiários, após o ano 2000, observou-se uma forte redução (40%) de propostas na linha de crédito voltada para o custeio agrícola, se comparadas com os anos anteriores, havendo uma pequena recuperação em 2002. Esse fato pode indicar uma possível migração dos agricultores para outras linhas de crédito, visto que até aquele ano os limites de crédito pouco haviam se adequado às alterações de custo de produção ou ainda baixos volumes de recursos alocados nas agências financeiras para atender à demanda existente, visto que essa demanda vinha em crescimento. Assim, as alterações foram ocorrendo, num processo gradativo, pressionadas pela massa de produtores familiares e suas representações.

<sup>7</sup> Alguns resultados serão apresentados como tendência hipotética, em razão do intervalo de tempo analisado ser considerado pequeno demais para que certos processos em curso possam ser admitidos como dinâmicas futuras.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> O município apresenta predominantemente quatro grupos de solos: Hidromórfico Gleyzado Indiscriminado; Latossolo Roxo; Terra Roxa Estruturada Eutrófica; e Latossolo Vermelho-Escuro Eutrófico, sendo todos com textura argilosa. (FALVO, 1997, p. 15).

TABELA 1 - VALORES OPERACIONALIZADOS PARA CRÉDITO CUSTEIO AGRÍCOLA NO PERÍODO DE 1997 A 2002 EM PALOTINA-PR

	Custeio Agrícola								
Ano	"C" (R\$)	Nº de operações	"D" (R\$)	Nº de operações	Rotativo(R\$)	Nº de operações			
1997	*	*	1.126.149,66	347	8.660,00	02			
1998	*	*	967.243,59	301	4.841,00	01			
1999	149.042,15	110	514.891,31	143	403.717,98	70			
2000	375.995,00	220	945.048,29	271	163.910.00	48			
2001	336.717,85	199	421.319,74	101	119.146,00	35			
2002	376.718,40	190	485.807,00	123	163.054,00	42			
Total	1.238.473,40	719	4.460.459,59	1.286	863.328,98	198			

<sup>\*</sup> NESTE(S) ANO(S), ESTA FAIXA NÃO FOI OPERACIONALIZADA.

FONTES: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2003; BANCO DO BRASIL -AGÊNCIA TOLEDO - PR, 2003; SICREDI VALE - AGÊNCIA PALOTINA - PR, 2003.

TABELA 2 - VALORES OPERACIONALIZADOS PARA O CRÉDITO INVESTIMENTO NO PERÍODO DE 1997 A 2002 EM PALOTINA - PR

Ano	INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO							
	"C" (R\$)	Nº de operações	"D" (R\$)	Nº de operações				
1997	*	*	357.341,94	36				
1998			45.000,00	03				
1999			**	**				
2000	*	*	170.510,02	12				
2001	235.272,49	11	334.114,58	30				
2002	42.430,81	07	403.821,00	31				
Total	277.703,30	18	1.310.787,54	112				

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR/2003, BANCO DO BRASIL - AGÊN-CIA TOLEDO – PR, SICREDI VALE – AGÊNCIA PALOTINA – PR, EMATER-PR – UNIDADE LOCAL DE PALOTINA – PR. \* NESTE(S) ANO(S), ESTA FAIXA NÃO FOI OPERACIONALIZADA.

Em contraponto, o Pronaf Investimento aparece, no ano de 2001, com crescimento expressivo no que se refere a volume de recursos aplicados e número de operações em relação aos demais anos. Isso é explicado pelo alto volume utilizado nos primeiros anos do programa no município e que sofreram redução dos recursos alocados nos agentes financeiros, especialmente nos anos de 19989 e 1999.

A avaliação do Pronaf envolveu dados acerca da estrutura fundiária e da condição de posse da área explorada, da faixa etária dos integrantes do núcleo familiar, do grau de escolaridade dessas pessoas, do local de trabalho e residência e do fluxo da população amostrada com o objetivo de cruzar tais informações com os resultados advindos das atividades desenvolvidas na unidade agrícola e estabelecer suas possíveis correlações. Os dados da composição familiar e estrutura fundiária estão relacionados com a área explorada em atividades, bem como a natureza dessas atividades.

Palotina apresentou uma concentração nos estratos entre 10,1 a 20,0 ha (40,17% das áreas) e no estrato de 20,1 a 40,0 ha (35,35%). A soma dos agricultores que apresentam tamanho de área abaixo do módulo fiscal (18,0 ha para Palotina) é de 78,95%. Apenas os produtores com estratos de área acima de 20,1 ha apresentam média superior ao módulo fiscal, porém somam 21,05% do total

<sup>\*\*</sup> NESTE(S) ANO(S), NÃO FORAM DISPONIBILIZADOS RECURSOS PARA ESTA LINHA.

<sup>9</sup> Embora este ano não inclua o período da pesquisa, foi realizado levantamento de recursos alocados desde 1997, quando deu-se início à linha de Crédito Investimento PRONAF em Palotina.

dos agricultores. Este dado torna-se bastante revelador quando associado às atividades desenvolvidas na unidade agrícola que, para expressar viabilidade econômica, também devem ser compatíveis com a escala de produção. Nesta amostragem, para o tipo de relação de posse da terra predominaram o proprietário (82%) seguido pelo parceiro (11%), arrendatário (4%) e comodatário (3%).

Por sua vez, o tempo médio em que estas pessoas vêm exercendo atividades agropecuárias é bastante longo, pois predominam os agricultores com mais de 31 anos na atividade (62,1% do total), seguidos por 20,0% de agricultores com tempo de exercício entre 11 e 20 anos. Aparece ainda um percentual de 2,10% de produtores iniciantes nas atividades agropecuárias. Tal dado pode ainda ser correlacionado com a redução da população jovem do espaço rural, conforme será demonstrado por ocasião da discussão acerca da composição familiar.

Mas aqueles que permanecem no campo residem, em sua maioria, na área explorada (77,7%), seguidos por 21,5% que residem próximos à área explorada, e somente 3,85% dos entrevistados residem na zona urbana. Esses dados estão intimamente correlacionados à condição de posse da área, e também ao fato do imóvel rural, na maioria dos casos, ser o único que o agricultor possui. Estão correlacionados também ao fato de que as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar demandam mão-de-obra freqüente, sendo essa condição mais comum entre os agricultores que desenvolvem a exploração pecuária.

Também foi analisada a mobilidade da população amostrada. Tais dados vão se refletir diretamente na composição familiar presente na unidade agrária. Para análise, os integrantes da família foram classificados em: Titular, Cônjuge, Filho(a), Outros (pais do titular, sogros, noras, genros e netos). O período amostrado revelou importantes mudanças comparativamente ao período anterior ao uso do Pronaf. Ocorre um aumento de titulares e cônjuges, fato diretamente relacionado à forte redução do número de filhos por casal. Além dos jovens (considerados aqueles com menos de 25 anos de idade), a categoria de outros também exibiu redução. Assim, a faixa etária da população rural amostrada aumentou, especialmente para aqueles com 41 a 60 anos.

Para compreender esse resultado, é importante considerar que as informações sobre idade sejam correlacionadas com os dados de grau de escolaridade, visto que a população jovem se apresentou com maior nível de escolaridade, e o maior índice de evasão se encontra justamente nessa faixa da população pesquisada. Essa evasão pode ser explicada tanto pela migração dos jovens para os centros urbanos, em busca de trabalho, como ainda resultado da expansão da fronteira agrícola, que no Oeste do Paraná se encontra praticamente esgotada. De fato, quando a unidade agrícola já não é suficiente para sustentar uma família formada pelo titular e os filhos, com seus maridos e esposas, a busca de terras ou trabalho em novas fronteiras agrícolas se torna imperativa.

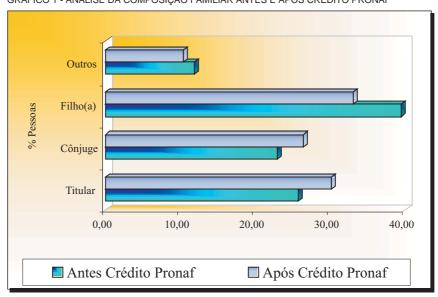


GRÁFICO 1 - ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR ANTES E APÓS CRÉDITO PRONAF

FONTE: FERREIRA (2004, p. 66)

TABELA 3 - LOCAL DE TRABALHO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA ANTES E APÓS UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRONAF

Local Trabalho	Antes Pronaf	Após Pronaf	Antes Pronaf	Após Pronaf Ca	Antes Pronaf tegorias	Após Pronaf	Antes Pronaf	Após Pronaf
	Titulares		Cônjuge		Filhos		Outros	
Na Propriedade	100,00	100,00	94,12	95,18	69,86	60,58	68,18	75,76
Na Propriedade e								
Extra Propriedade	26,32	26,32	1,18	1,20	6,16	8,65	0,00	0,00
Extra Propriedade			3,53	3,61	7,53	6,73	18,18	15,15
Não Trabalha			1,18	1,20	22,60	32,69	13,64	9,09

FONTE: FERREIRA (2004, p. 69)

Assim, a população mais jovem busca em atividades extras à unidade agrícola novas oportunidades. A mobilidade da população amostrada ficou em 20% comparativamente ao período anterior ao uso da linha de crédito, sendo que 5% permaneceram no espaço rural e 15% saíram para exercer outras atividades. Destes 15%, apenas 4,09% constituíram um novo núcleo familiar no espaço rural, porém em outra unidade agrícola, enquanto os demais migraram para o espaço urbano. Aqueles que permaneceram na unidade agrícola e incorporaram outras atividades extra propriedade indicam haver um processo de expansão da pluriatividade em curso no município de Palotina, a qual passa a integrar a realidade da população do campo.

Desse modo, discutir as alternativas encontradas pelo agricultor que desenvolve atividades distintas das atividades tradicionais da agropecuária constitui importante informação para a compreensão desta nova lógica de reprodução da agricultura familiar. A tabela 3 demonstra a mobilidade populacional no que se refere ao tipo de trabalho exercido pelos membros da família (antes e após o uso do crédito Pronaf).

Pode-se verificar uma inexpressiva alteração para os titulares e cônjuges. Porém, para a categoria dos filhos há uma redução nas atividades desenvolvidas na unidade agrícola (de 69,86% para 60,58%) e uma tendência a incorporar novas atividades extra propriedade, o que é demonstrado pelo aumento de 6,16% para 8,65% nas atividades desenvolvidas tanto na propriedade como extra propriedade. Esse grupo também apresentou declínio no número daqueles que desenvolviam unicamente atividades extra propriedade, o que sugere que, ao exercer tão somente atividades extra propriedade, parte dos jovens optou por deixar o espaço rural.

TABELA 4 - PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NA UNIDADE PRODUTIVA ANTES E APÓS A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRONAF

	Soja	Milho Safrinha	Trigo	Milho	Mandioca
% Produtores Antes Crédito	90,53	51,58	3,16	4,21	3,16
% Produtores Após Crédito	93,68	61,05	1,05	1,05	2,11
Área Média / Propriedade (ha) Antes Crédito	10,38	7,88	10,27	6,29	1,61
Área Média / Propriedade (ha) Após Crédito	10,39	10,24	24,20	1,21	1,21
Produtividade Média Antes Crédito (Kg/ha)	2.924,27	3.998,42	2.041,83	6.684,04	30.047,50
Produtividade Média Após Crédito (Kg/ha)	3.215,39	4.672,50	1.240,00	3.471,00	31.095,00
Produtores com ASTEC Antes Crédito	95,34	93,87	100,00	75,00	100,00
Produtores com ASTEC Após Crédito	96,51	98,27	100,00	100	100,00

FONTE: FERREIRA (2004, p. 73)

As atividades não agropecuárias apresentaram aumento de 14,56% para 15,87% no período considerado. Porém, essa variável precisa ser ainda pesquisada por um período de tempo mais longo, a fim de confirmar se esse fenômeno constitui uma tendência ou não.

As atividades exercidas dentro da unidade agrícola produtiva são representadas pelas atividades agrícolas e pecuárias. As principais atividades agrícolas são expressas pelas culturas da soja e do milho "safrinha", secundadas pelas culturas do trigo, do milho verão e da mandioca (tabela 4). No período amostrado, a cultura da soja revelou um percentual elevado junto aos beneficiários do Pronaf. A produção de grãos depende das oscilações mercadológicas do produto considerado, mas oferece aos produtores um retorno rápido e em grandes volumes - a bovinocultura de leite, por exemplo, não traz um impacto na economia da unidade produtiva tão grande como a cultura de grãos, visto que a produção é dividida durante todo o período do ano. A soja, particularmente nesse período, expressava um alto valor por unidade do produto em razão da produtividade e produção do mercado exterior terem sido afetadas por questões climáticas adversas, provocando a redução da oferta do produto frente sua demanda.

As produtividades aumentaram na soja, milho safrinha e mandioca, durante o período de aplicação do Pronaf em Palotina, ao passo que o trigo e o milho verão enfrentaram adversidades climáticas que interferiram nos resultados. Já os aumentos e reduções de área das culturas anuais refletem um comportamento do agricultor norteado essencialmente pelo mercado. A cultura do milho verão é exemplo desse comportamento, pois, com a baixa expectativa de preços, teve intensa redução não só em área (média de 6,29 ha/propriedade antes do uso do crédito Pronaf para 1,21 ha/propriedade após o Pronaf), mas também experimentou uma forte redução do percentual de produtores que não mais plantaram esta cultura (4,21% antes do crédito Pronaf para 1,05% após).

As atividades agrícolas são desenvolvidas por 100% dos agricultores entrevistados. O crédito Pronaf custeou 82,11% desses produtores, sendo que 6,32%

utilizaram o crédito Pronaf para realizar investimentos e 1,05% fez uso de ambas as linhas de crédito.

Além dos limites estabelecidos para as diferentes proposições com o crédito (custeio ou investimento), o Pronaf também apresenta as limitações de crédito por grupo de beneficiário. Assim, 74% dentre aqueles agricultores que fizeram uso do crédito agrícola, seja para o custeio e/ou investimento, necessitaram complementar os recursos para implementar o objetivo previsto no projeto técnico. Mas somente 4,71% dos entrevistados consideraram difícil o pagamento desses empréstimos, enquanto 16,46% consideraram razoável e 78,82% afirmaram ser fácil.<sup>10</sup>

As dificuldades encontradas para pagamento pelos beneficiários vão desde problemas com a produção, tais como: adversidades climáticas; comercialização de produto que não apresenta produção em larga escala, necessitando comercialização imediata — esse fato, embora alegado pelos agricultores, não é respaldado pelos dados da pesquisa, os quais mostram que 48,89% dos entrevistados retiveram a produção para escolha de melhores oportunidades de comercialização e que 7,78% deles considera o período da entressafra como o mais favorável para a venda do produto; e as taxas de juros, que no início do programa não eram fixas, visto que estavam atreladas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Todavia, apesar dos possíveis dificultadores para pagamento do financiamento já mencionados, 84,71% dos produtores declararam ter obtido aumento de receita familiar pelo aumento de produtividade das atividades agrícolas, 11 mas este dado não está relacionado diretamente com a expansão da atividade, revelada apenas em 5,88% dos entrevistados. Os agricultores destacam que a produtividade aumentou em razão da melhoria do padrão tecnológico, conforme segue: uso de melhores cultivares de semente (93,35%), melhoria da densidade de plantio (86,05%), correta adubação (97,67%), correção do solo com calcário (81,40%), utilização de máquinas e equipamentos adequados (95,35%) e também pela assistência técnica (96,05%).

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> A questões referentes aos níveis de dificuldade "fácil", "razoável" e "difícil" foram respondidas considerando-se os seguintes parâmetros: a) fácil: pagamento do financiamento sem qualquer restrições, tais como uso de recurso de outras fontes que não da atividade financiada, entre outros; c) difícil: o pagamento não pôde ser realizado com os recursos da atividade financiada, tampouco com recursos advindo de outras atividades, conduzindo ao atraso, prorrogação ou inadimplência da(s) parcela(s).

<sup>11</sup> Os dados de variação de receita não foram possíveis serem aferidos numericamente, haja visto não ter sido objeto da pesquisa de campo a identificação de dados referentes ao custo de produção por atividade e preços obtidos por produto nos diferentes períodos do trabalho de campo. Assim, a pesquisa utilizou os dados referentes à variação de produtividades obtidas antes e após a aplicação do Pronaf para respaldar as declarações dos entrevistados sobre aumento de receita, o que, para as principais atividades agropecuárias conduzidas sob condições climáticas favoráveis, resultou em maior volume de produção, comparativamente ao período que antecede o uso do Pronaf conforme tabelas 4 e 5.

TABELA 5 - ATIVIDADES PECUÁRIAS DESENVOLVIDAS NA UNIDADE PRODUTIVA ANTES E APÓS A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRONAF

	Bovino Leite	Suinocultura	Avicultura Corte	Bovino Corte	Piscicultura
Produtores Antes Crédito (%)	62,10	7,37	3,16	2,11	3,16
Produtores Após Crédito (%)	46,32	4,21	3,16	1,05	3,16
Produtividade média/cab (kg/Lt)/ano antes	3.493,20	107,58	2,00	270,00	0,42
Produtividade média/cab (kg/Lt)/ano após	3.622,73	108,75	2,00	270,00	0,43
Média N° cab rebanho. / Produtor (cab) antes	9,15	345,71	58.333,33	15,00	18.733,30
Média N° cab. rebanho / Produtor (cab) após	7,68	326,25	58.333,33	2,00	11.900,00
Produção Total Média/ Propriedade (Kg /Lt / Prop / Ano) antes	35.753,07	37.192,86	116.666,67	1.230,00	7.696,97
Produção Total Média/ Propriedade (Kg /Lt / Prop / Ano) após	28.451,30	38.350,00	116.666,67	360,00	5.330,00
Produtores com ASTEC antes	44,07	100	100	0,00	100
Produtores com ASTEC após	45,45	100	100	0,00	66,67

FONTE: FERREIRA (2004, p. 78)

Já as atividades pecuárias que mais se destacaram foram a bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura de corte, a bovinocultura de corte e a piscicultura, cujos resultados seguem na tabela 5.

Nas atividades pecuárias, nota-se uma sensível redução do número de produtores envolvidos, independentemente do aumento de produtividade, expressa especialmente pela atividade de bovinocultura de leite. Dois fatores devem ser analisados juntamente com esse dado: o mercado favorável à produção de soja no período de aplicação do programa, representado pelos preços elevados para comercialização, e a evasão dos jovens das unidades agrícolas, já que estes representam boa parte da força física necessária para condução das tarefas diárias para tais atividades. O aumento de produtividade

na bovinocultura de leite é acompanhado pela redução do rebanho, demonstrando a elevação do nível tecnológico com maior produtividade por unidade animal.

O número de produtores que absorveu crédito investimento e/ou custeio para estas atividades é bastante inferior aos números exibidos pela atividade agrícola. Também o percentual de produtores que necessitou de complementação com recursos extra para o crédito foi de 30%. O pagamento foi considerado fácil para 70%, razoável para 25% e difícil para 5%. As justificativas giraram ao redor da dificuldade de produção e comercialização do produto. Porém, é importante ressaltar que as atividades de avicultura de corte<sup>13</sup> e suinocultura, no sistema de integração, apresentam margens de lucro pré-fixadas juntamente à empresa

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> As atividades de suinocultura, piscicultura e bovinocultura de corte apresentam parâmetros de produtividade seguidos tanto por produtores integrados à agroindústria ou independentes, vista a necessidade da existência de um padrão de produto.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Esta atividade não é desenvolvida no sistema de produção independente, tal como ocorre com a suinocultura e as demais atividades.

integradora. Diferentemente das atividades agrícolas, a aplicação do crédito resultou em expansão da atividade para 70% dos agricultores entrevistados.

A transformação artesanal surge como uma tentativa de agregar valor ao produto primário e conseqüentemente as margens de lucro sobre a unidade do produto. A pesquisa revelou que 16,84% dos agricultores utilizam a transformação artesanal como alternativa de produção. O produto transformado em maior escala é o originário da bovinocultura de leite, seguido pelos produtos da canade-açúcar e milho. Também para a transformação artesanal houve utilização do crédito Pronaf que, conforme os agricultores, embora com necessidade de complementação, resultou em expansão da atividade. As dificuldades encontradas por 33,34% dos agricultores para o pagamento do crédito são reveladas pelo tipo de atividade desenvolvida, cujos produtos são produzidos, em sua maioria, de modo informal, sem escala de produção contínua e, em alguns casos, sem o padrão exigido pelo mercado consumidor.

Já a diversificação de atividades foi realizada por 13,68% dos entrevistados, sendo 38,46% destes na agricultura e 61,54% na pecuária. O aumento de receita foi destacado por 100% dos agricultores investidores na agricultura e 87,50% dos agricultores que investiram nas atividades pecuárias. Destaca-se nesta avaliação que os investimentos realizados na pecuária, muitas vezes, são feitos na ordem das infra-estruturas necessárias para condução da atividade (exemplo: melhoria das condições físicas do estábulo), sendo que isto não se reflete em aumento de produtividade de imediato. O pagamento do financiamento foi considerado fácil por 83,33% dos agricultores.

## **CONCLUSÃO**

Por meio dos dados levantados pelo trabalho de campo, foi possível contextualizar a agricultura familiar de Palotina tendo em vista suas formas de enfrentamento da concorrência da agricultura patronal, desenvolvendo suas próprias formas de produção e de reprodução social.

Os resultados obtidos levam a identificar uma reestruturação familiar, e conseqüentemente das atividades desenvolvidas pelos integrantes do núcleo familiar. Essas mudanças ficaram mais visíveis na redução daquelas atividades que demandam mão-de-obra diária (como a bovinocultura de leite), nas quais a força física dos jovens é fator determinante. Mas a pesquisa indica principalmente os pontos de avanço das políticas setoriais – no caso, o Pronaf – implementadas com vistas a apoiar a agricultura familiar. Esse programa vem impulsionando as atividades econômicas desenvolvidas

na unidade agrícola, sejam elas de origem agropecuária ou pertençam à categoria de atividades rurais não agrícolas, num processo de diversificação que vem assumindo um espaço cada vez mais significativo na receita da agricultura familiar.

A pesquisa não avaliou a receita familiar obtida pelos agricultores antes e após o uso do crédito Pronaf de modo a identificar a evolução desse parâmetro numericamente, mas foi capaz de indicar aumento de produtividade nas principais atividades desenvolvidas, bem como expansão das atividades, especialmente naqueles casos em que a atividade recebeu investimento por meio do crédito Pronaf. Tais dados apontam para um provável uso de tecnologias mais adequadas e compatíveis com os níveis de cada sistema de produção, capaz de reverter em produtividade e produção suficientes para sugerir a expansão da atividade. Esse maior volume de produção permite ainda ao agricultor desenvolver uma estratégia de comercialização do produto, buscando períodos mais favoráveis para a venda. Ainda na questão econômica, o Pronaf deve ser analisado, ademais de suas críticas, sob a ótica das relações de trabalho com o homem, em que o primeiro, quando integrado aos objetivos os quais se propõe, poderá constituir um fator de atribuição de identidade ao segundo.

Todavia, a pesquisa aponta a expansão da pluriatividade como um fator ligado à necessidade de buscar novas formas de produção para complementar a renda proveniente das atividades agropecuárias.

O crédito custeio e investimento Pronaf receberam o que se pode chamar de avaliação positiva por parte dos seus beneficiários do município de Palotina. O programa apresenta juros fixos subsidiados e prazos compatíveis com as atividades para pagamento, mas ainda não está conectado com os valores reais para as necessidades de investimento e/ou custeio agrícola, fazendo com que haja deslocamento de recurso de outras fontes para realizar os investimentos/custeios propostos.

Mas fica evidente também que, se analisados os seus objetivos, que vão além da intervenção nas formas de produzir dos agricultores familiares (como o aumento da qualidade de vida e a promoção da sustentabilidade, em suas várias dimensões), o programa atinge um resultado apenas parcial. O Pronaf não se mostrou capaz de interferir no processo de reorganização da estrutura familiar que, conforme a pesquisa, vem se dando pela redução do número dos membros da família, com reflexos diretos no desempenho das atividades de produção agropecuária desenvolvidas pelos produtores beneficiados

É importante destacar que a proposta do Pronaf apresenta-se como uma política setorial destinada ao

desenvolvimento agrícola em sentido amplo - e como tal revela fortes definições nas linhas de ação do programa para o cumprimento do seu objetivo de viabilidade econômica das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar -, mas não leva em conta a necessária integração com as demais políticas públicas setoriais para atingir os demais objetivos propostos. Para buscar soluções para que os descendentes dos agricultores familiares permaneçam no meio rural, é importante conciliar o Pronaf com uma política agrária que reveja a questão de distribuição de terra, permitindo novas alternativas para esses jovens que também irão formar novos núcleos familiares. Noutras palavras, uma política agrária que dê a esses jovens a possibilidade de adquirir novas áreas de terra com o tamanho mínimo para sua reprodução, ou mesmo para a inserção competitiva no mercado, representado aí

pelas agroindústrias. Aliada às políticas agrícolas e agrárias, deverá estar a política de desenvolvimento rural que, em um prazo mais longo, visa a melhoria do nível de distribuição de renda associado à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. (LEITE, 2001, p. 23).

Apesar de todos os avanços alcançados com o Pronaf e das ressalvas feitas ao programa, é inegável que ele constitui uma nova relação entre Estado e agricultores familiares, que busca o atendimento das necessidades dessa categoria de agricultores, relação na qual as discussões entre representantes da agricultura familiar e agentes financeiros avançam em direção a ações que visam melhorias, e cujo processo, conforme Abramovay e Veiga (1999, p. 48), "... ganha uma dimensão pública inteiramente inédita na história do país."

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas instituições para o desenvolvimento rural:* o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <a href="http://legis.senado.gov.br/xsqlj/xsq/cat723.htm">http://legis.senado.gov.br/xsqlj/xsq/cat723.htm</a> Acesso em: 30 ago. 2006.

BANCO DO BRASIL S/A. Superintendência Regional de Cascavel. *Pronaf*: resumo das aplicações contratadas. Cascavel, 2003.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual operacional do crédito rural Pronaf*, 2002.

CARNEIRO, Maria José. *Política pública e agricultura famili-ar:* uma leitura do Pronaf. Disponível em: <a href="http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/downlo/rurban14.html">http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/downlo/rurban14.html</a>>. Acesso em: 13 jan. 2003.

DAVID, César de. Conseqüências da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista do Departamento de Geociências*, Santa Maria, n. 10, p. 200-213, 1996.

FALVO, Giampiero. *Inventário ambiental* – Palotina. Palotina, 1997.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FERREIRA, Gilca Angélica Leite. A proposta da política pública Pronaf para a agricultura familiar e seus resultados em

Palotina - PR. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do Pronaf – crédito. *Agricultura em São Paulo*, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

LAMARCHE, Hughes. (Coord.). *A agricultura familiar:* uma realidade multiforme. 2. ed. v. 1. Campinas/SP: Unicamp, 1997.

LEITE, Sérgio. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

SANTOS, Almir Bispo dos. A agricultura familiar e políticas públicas – o Pronaf em Sergipe. In. ANTONELLO, Ideni Terezinha; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Visões do espaço rural*. Aracaju: Triunfo, 2001. p. 19-146.

SILVA, José Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural bra-sileiro*. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html> Acesso em: 07 jul. 2002.

TEIXEIRA, Gerson. *Pronaf:* instrumento de exclusão e alienação. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Disponível em: <www.abrareformaagraria.org.br/artigo03.htm> Acesso em: 22 ago. 2002.